CAPÍTULO

09

ASSISTÊNCIA E CONTRIBUIÇÕES DA ENFERMAGEM NO PROCESSO DE IMUNIZAÇÃO INFANTIL: UMA REVISÃO NARRATIVA

Emmanuel Adaskevicius • Giovana de Freitas Pinheiro

DOI: https://doi.org/10.71248/9786583818324-9

10.71248/9786583818324-9

ASSISTÊNCIA E CONTRIBUIÇÕES DA ENFERMAGEM NO PROCESSO DE IMUNIZAÇÃO INFANTIL: UMA REVISÃO NARRATIVA

Emmanuel Adaskevicius
ORCID: https://orcid.org/0009-0004-2666-7812
E-mail: emmanuel.adaskevicius@funam.com.br

Giovana de Freitas Pinheiro
ORCID: https://orcid.org/0009-0006-1670-2762
E-mail: giovanna.pinheiro@soufunam.com.br

Resumo: **Introdução:** a imunização infantil é um dos pilares da saúde pública, com elevada eficácia na prevenção de doenças imunopreveníveis, na redução da morbimortalidade infantil e na promoção do crescimento e do desenvolvimento, além de apresentar excelente relação custo-efetividade. **Objetivo:** analisar, na literatura, a importância da imunização infantil e as contribuições da enfermagem nesse processo. **Método:** revisão narrativa, de caráter descritivo e abordagem qualitativa, com buscas no SciELO e no Google Acadêmico, em novembro de 2024, de artigos em português publicados entre 2019 e 2024; dos 50 estudos identificados, 23 compuseram a amostra, complementados por documentos normativos do Ministério da Saúde. **Resultados:** a enfermagem atua em todas as etapas da imunização — administração das vacinas, conservação dos imunobiológicos, gestão da sala de vacinação, busca ativa, vigilância de eventos adversos e educação em saúde. A queda das coberturas vacinais desde 2016, associada à desinformação, à hesitação vacinal e a barreiras de acesso, reforça o papel do enfermeiro na comunicação com as famílias e no planejamento de estratégias de recuperação. **Conclusão:** o enfermeiro é elo central entre os programas de imunização e a comunidade, e o investimento em sua formação e educação permanente é decisivo para ampliar a adesão ao calendário vacinal infantil.

Palavras-chave: Imunização; Vacinação; Cobertura Vacinal; Enfermagem; Saúde da Criança.

CONDOC
CONGRESSO NACIONAL DE DOENÇAS CRÔNICAS E SAÚDE ATIVA

10.71248/9786583818324-9

NURSING CARE AND CONTRIBUTIONS TO THE CHILDHOOD IMMUNIZATION PROCESS: A NARRATIVE REVIEW

Abstract: **Introduction:** childhood immunization is one of the pillars of public health, highly effective in preventing vaccine-preventable diseases, reducing child morbidity and mortality and promoting growth and development, with an excellent cost-effectiveness ratio. **Objective:** to analyze, in the literature, the importance of childhood immunization and the contributions of nursing to this process. **Method:** descriptive narrative review with a qualitative approach, with searches in SciELO and Google Scholar, in November 2024, for articles in Portuguese published between 2019 and 2024; of the 50 studies identified, 23 made up the sample, complemented by regulatory documents from the Brazilian Ministry of Health. **Results:** nursing acts in all stages of immunization — vaccine administration, storage of immunobiologicals, management of the vaccination room, active search, surveillance of adverse events and health education. The decline in vaccination coverage since 2016, associated with misinformation, vaccine hesitancy and access barriers, reinforces the role of nurses in communicating with families and planning recovery strategies. **Conclusion:** nurses are a central link between immunization programs and the community, and investment in their training and continuing education is decisive to increase adherence to the childhood vaccination schedule.

Keywords: Immunization; Vaccination; Vaccination Coverage; Nursing; Child Health.

1. INTRODUÇÃO

A imunização é o processo de aquisição de proteção contra doenças infecciosas, obtida pela administração de vacinas, imunoglobulinas ou soros que contêm anticorpos (SOUZA et al., 2023). A vacinação de lactentes e de crianças na primeira infância é a principal ferramenta de prevenção primária dessas doenças e uma das medidas de saúde pública com melhor relação custo-efetividade, pois confere proteção individual e coletiva (FERNANDES et al., 2021).

Cada faixa etária tem necessidades específicas de vacinação, e, na infância, a imunização constitui um direito da criança e uma ação relevante de prevenção de doenças infectocontagiosas capazes de causar óbitos e sequelas graves (SOUZA et al., 2023; VARA; ACATAUASSÚ; HANNA, 2024). Em larga escala, a vacinação reduz a exposição de pessoas não vacinadas — ou impossibilitadas de se vacinar — aos agentes patogênicos e interrompe ou diminui a cadeia de transmissão, tanto de doenças transmitidas diretamente entre humanos, como o sarampo e a rubéola, quanto de doenças com participação de vetores, como a febre

10.71248/9786583818324-9

amarela, ou zoonóticas, como a raiva (FERNANDES et al., 2021, p. 32).

O Brasil foi pioneiro na incorporação de vacinas ao calendário do Sistema Único de Saúde (SUS) e é um dos poucos países que ofertam, de forma universal, um rol amplo de imunobiológicos. O Programa Nacional de Imunizações (PNI), criado em 1973, antecede o próprio SUS (DOMINGUES et al., 2019) e é considerado um dos programas de maior êxito da saúde pública brasileira. Atualmente, o PNI disponibiliza gratuitamente 49 imunobiológicos — 31 vacinas, 13 soros heterólogos e 5 imunoglobulinas — que contemplam todas as fases da vida (BRASIL, 2026a). Suas ações incluem o calendário de rotina, as campanhas, a vacinação em surtos e epidemias, a vacinação de gestantes e de escolares e os Centros de Referência para Imunobiológicos Especiais (CRIE) (MORAIS; QUINTILIO, 2021).

A história demonstra a importância da vacinação no enfrentamento das doenças infecciosas. No Brasil, ela contribuiu para a eliminação da poliomielite, a interrupção da transmissão autóctone do sarampo e da rubéola e a redução da incidência de difteria, coqueluche, meningite por *Haemophilus influenzae* tipo b, tétano e tuberculose em menores de 15 anos, além da erradicação da varíola e da eliminação da febre amarela urbana. Nesse período, a mortalidade infantil caiu de cerca de 100 óbitos por 1.000 nascidos vivos, na década de 1950, para aproximadamente 14 por 1.000 a partir de 2016, com redução expressiva das hospitalizações e dos óbitos por doenças imunopreveníveis (DOMINGUES et al., 2019).

Em escala global, estima-se que mais de 30 doses de vacina sejam administradas a cada segundo, alcance que nenhuma outra intervenção em saúde atinge (MORAIS; QUINTILIO, 2021). Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), mais de 116 milhões de crianças menores de 12 meses são vacinadas a cada ano (BARBIERI, 2021, p. 16). Apesar desses benefícios, a adesão ao calendário infantil enfrenta desafios importantes: desinformação, medo de eventos adversos, barreiras de acesso aos serviços e desigualdades socioeconômicas contribuem para coberturas insuficientes (BARBIERI, 2021; CORRÊA et al., 2021; ALMEIDA et al., 2024).

Nesse cenário, a enfermagem ocupa posição central. Atuando na linha de frente, os enfermeiros garantem que as crianças recebam as vacinas no momento adequado, promovem a conscientização das famílias e contribuem para a saúde coletiva (ALMEIDA et al., 2024; FERREIRA, 2024). Diante disso, este estudo teve como objetivo analisar, na literatura, a

10.71248/9786583818324-9

importância da imunização infantil e as contribuições da enfermagem nesse processo.

2. MÉTODO

Trata-se de uma revisão narrativa da literatura, de caráter descritivo e abordagem qualitativa. Diferentemente da revisão sistemática, a revisão narrativa parte de uma temática mais ampla, não exige protocolo rígido e admite seleção de fontes orientada pelo pesquisador, o que a torna adequada para sínteses descritivas, embora sujeita a viés de seleção (CORDEIRO et al., 2007).

As buscas foram realizadas em novembro de 2024 na *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e no Google Acadêmico, com os descritores “imunização infantil” (*childhood immunization*), “vacinação infantil” (*childhood vaccination*), “enfermagem” (*nursing*) e “cobertura vacinal” (*vaccination coverage*), combinados pelo operador booleano AND.

Foram incluídos artigos disponíveis na íntegra, publicados em português entre 2019 e 2024 e relacionados ao objetivo do estudo. Foram excluídos artigos inacessíveis, duplicados, editoriais, textos incompletos, materiais não científicos e estudos que, após a leitura do título e do resumo, não apresentavam relação direta com o tema. A busca identificou 50 estudos; 27 foram excluídos e 23 compuseram a amostra final. Para contextualização normativa e epidemiológica, foram consultados, independentemente do ano, a legislação pertinente, documentos oficiais do Ministério da Saúde e uma referência metodológica.

Os achados foram analisados de forma descritiva e organizados em três eixos temáticos: fundamentos e marco legal da vacinação infantil; atuação da enfermagem no processo de imunização; e queda das coberturas vacinais e estratégias de enfrentamento.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Fundamentos e marco legal da vacinação infantil

A imunidade é a capacidade do organismo de se proteger contra doenças e divide-se em inata e adaptativa. A imunidade inata é a primeira linha de defesa — barreiras físicas e químicas, como pele e mucosas, células e proteínas plasmáticas — e responde de forma

10.71248/9786583818324-9

imediata, porém inespecífica. A imunidade adaptativa reconhece uma grande variedade de antígenos, distingue-os entre si e responde com maior intensidade a exposições repetidas ao mesmo microrganismo. Os dois sistemas atuam de forma integrada (FERNANDES et al., 2021; OLIVEIRA; MACHADO, 2020).

As vacinas, produzidas a partir de microrganismos atenuados ou inativados ou de seus componentes, introduzem antígenos que ativam a resposta inata — com liberação de sinais inflamatórios e recrutamento de células imunológicas — e, em seguida, a resposta adaptativa antígeno-específica, com produção de anticorpos e geração de células de memória. Essa memória imunológica permite respostas rápidas e eficazes em exposições futuras, o que torna as vacinas ferramentas indispensáveis para a proteção de longo prazo (NASSARALLA et al., 2019; MORAIS; QUINTILIO, 2021).

A vacinação infantil é um meio seguro e eficaz de eliminar ou reduzir agravos comuns nos primeiros anos de vida e está diretamente associada à redução da mortalidade infantil e ao aumento da expectativa de vida (DOMINGUES et al., 2019; NASSARALLA et al., 2019). Também se alinha ao princípio do melhor interesse da criança, que inclui a proteção da saúde entre os direitos assegurados à infância (OLIVEIRA; MACHADO, 2020; SOUZA et al., 2023). No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) torna obrigatória a vacinação nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias (art. 14, § 1º) e prevê, para o descumprimento dos deveres inerentes ao poder familiar, multa de três a vinte salários de referência, aplicada em dobro em caso de reincidência (art. 249) (BRASIL, 1990; VARA; ACATAUASSÚ; HANNA, 2024).

A cobertura vacinal é, ainda, um dos principais indicadores da qualidade dos serviços de saúde, dada sua contribuição para a redução da mortalidade infantil e o controle de epidemias (MORAIS; QUINTILIO, 2021). A vacinação representa um dos maiores avanços da tecnologia médica das últimas décadas e, além de proteger indivíduos e comunidades, reduz os custos associados ao tratamento de doenças (FERNANDES et al., 2021). A erradicação da varíola, doença que causou centenas de milhões de mortes ao longo do século XX, é o exemplo histórico mais emblemático desse impacto (NASCIMENTO; CAVALCANTI; SILVA, 2020).

10.71248/9786583818324-9

No Brasil, o PNI estabelece metas de cobertura para as vacinas do calendário infantil: 90% para BCG e rotavírus humano e 95% para as demais, como hepatite B, pentavalente, poliomielite, pneumocócica 10-valente, meningocócica C, tríplice viral e febre amarela (BRASIL, 2026b). Logo após o nascimento, as famílias são orientadas a iniciar o esquema vacinal na unidade de saúde (SOUZA et al., 2023), e é essencial que a criança receba todas as doses nas idades recomendadas, com atenção especial à primeira infância (ALVES et al., 2020). O atraso ou a omissão de doses pode ser tão prejudicial quanto a ausência de vacinação, pois deixa a criança vulnerável e aumenta o risco de surtos na comunidade (MORAIS; QUINTILIO, 2021). Por isso, o monitoramento das coberturas vacinais é instrumento essencial para mensurar a proteção coletiva, identificar territórios e grupos com baixa cobertura e direcionar estratégias de recuperação (OLIVEIRA; MACHADO, 2020; ALMEIDA et al., 2024).

3.2 Atuação da enfermagem no processo de imunização

O PNI é coordenado pelo Ministério da Saúde, em articulação com estados e municípios, e abrange o monitoramento das ações de vacinação nas redes pública e privada. Em ambas, a equipe de enfermagem é responsável por etapas centrais do processo: administração das vacinas, cumprimento do calendário, conservação dos imunobiológicos, gestão e manutenção da sala de vacinação e convocação de usuários (HORBE et al., 2020). Oliveira e Rodrigues (2022) descrevem o papel do enfermeiro como multifacetado e sintetizam suas principais atribuições, apresentadas no Quadro 1.

Quadro 1 – Atribuições do enfermeiro no processo de imunização infantil

Atribuição	Descrição
Investigação epidemiológica	Monitorar e analisar dados de cobertura vacinal para identificar padrões e orientar estratégias de melhoria
Atendimento territorializado	Adaptar as ações às necessidades específicas de cada território e de sua população
Educação em saúde	Orientar pais e responsáveis sobre a importância da vacinação e estimular o engajamento da comunidade
Visitas domiciliares e busca ativa	Localizar crianças não vacinadas ou com esquema em atraso e integrar as famílias ao programa
Gestão dos serviços de enfermagem	Planejar, organizar, coordenar e avaliar a assistência, assegurando qualidade e eficiência

10.71248/9786583818324-9

Atribuição	Descrição
Supervisão da equipe	Liderar e supervisionar a equipe na sala de vacinação, garantindo práticas corretas e seguras
Educação permanente	Identificar dificuldades da equipe e promover capacitações e soluções
Eventos adversos pós-vacinação	Reconhecer, notificar e conduzir os eventos adversos, com intervenções de enfermagem

Fonte: elaborado a partir de Oliveira e Rodrigues (2022).

Além das atribuições técnicas, os enfermeiros atuam como educadores e apoiadores das famílias: fornecem informações precisas sobre os benefícios das vacinas, desfazem equívocos comuns e respondem às dúvidas de pais e responsáveis (IGREJA et al., 2020). Também organizam campanhas informativas, ações educativas e atividades de engajamento comunitário que ajudam a combater a desinformação (NASCIMENTO; CAVALCANTI; SILVA, 2020), oferecem apoio às famílias no momento da vacinação, orientam os cuidados pós-vacinação e acompanham o desenvolvimento da criança ao longo do tempo (OLIVEIRA; MACHADO, 2020).

A segurança do paciente na sala de vacinação depende, igualmente, da qualificação da equipe de enfermagem, e programas de educação continuada melhoram a qualidade do atendimento e capacitam os profissionais a orientar as famílias, esclarecer dúvidas e identificar barreiras à adesão (OLIVEIRA et al., 2019). Ferramentas educativas inovadoras, como infográficos animados, têm sido desenvolvidas para apoiar a educação permanente sobre o processo de enfermagem na vacinação infantil (FERREIRA et al., 2023).

Essas ações evidenciam o papel estratégico do enfermeiro, que integra gestão, execução, cuidado, educação e monitoramento em saúde, fortalecendo o sistema público e a imunização como ferramenta de proteção coletiva (ALMEIDA et al., 2024). Seu trabalho não apenas contribui para o cumprimento das metas de vacinação, mas também para a construção de uma cultura de saúde preventiva (CABRAL, 2023).

3.3 Queda das coberturas vacinais e estratégias de enfrentamento

Apesar dos êxitos do PNI, as coberturas vacinais no Brasil apresentam tendência de queda desde 2016, com desigualdades regionais e recrudescimento de doenças antes controladas, como o sarampo (BARBIERI, 2021; CORRÊA et al., 2021; OLIVEIRA et al.,

10.71248/9786583818324-9

2020). Vara, Acatauassú e Hanna (2024) apontam que cerca de 30% das crianças brasileiras não completaram o esquema vacinal recomendado, e a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) chegou a classificar o país como de alto risco para a reintrodução da poliomielite, em razão da menor cobertura desde 1994 (FERREIRA et al., 2023).

Entre os fatores associados à baixa cobertura destacam-se a desinformação nas redes sociais, os movimentos antivacina, o acesso limitado aos serviços em algumas regiões e a desconfiança em relação às instituições de saúde (NASSARALLA et al., 2019; ARAÚJO et al., 2024). As consequências podem ser graves: doenças controladas ou eliminadas, como o sarampo e a poliomielite, podem ressurgir, comprometendo as populações mais vulneráveis e exigindo recursos adicionais para conter novas epidemias (ALMEIDA et al., 2024; ARAÚJO et al., 2024).

O reconhecimento desses problemas pela equipe de enfermagem reforça a necessidade de intervenções de educação em saúde voltadas sobretudo aos pais e responsáveis, estimulando o autocuidado e o cuidado com a família (IGREJA et al., 2020; NASCIMENTO; CAVALCANTI; SILVA, 2020). Souza et al. (2023) defendem o planejamento de campanhas, palestras em comunidades e escolas, busca ativa de crianças não vacinadas, revisão das cadernetas de vacinação e intensificação das visitas domiciliares, sempre enfatizando os benefícios da proteção e acolhendo medos e dúvidas.

Almeida et al. (2024) destacam estratégias inovadoras conduzidas por enfermeiros, como campanhas educativas adaptadas a cada comunidade, lembretes automatizados e sistemas de acompanhamento do calendário, além da colaboração intersetorial com escolas, organizações comunitárias e outros profissionais. Para Vara, Acatauassú e Hanna (2024), a educação em saúde é a estratégia central para ampliar a adesão, desde que aborde diretamente mitos e desinformação por meio de diálogo claro, acessível e baseado em evidências. Nesse contexto, os profissionais de enfermagem precisam estar atualizados para liderar a disseminação de informações confiáveis (ARAÚJO et al., 2024), e a articulação entre ações comunitárias e políticas públicas bem estruturadas potencializa a recuperação das coberturas (FERREIRA, 2024).

Como limitações deste estudo, destacam-se o delineamento narrativo, sem avaliação formal da qualidade metodológica dos estudos, a restrição a publicações em português e o uso

10.71248/9786583818324-9

de apenas duas fontes de busca, uma delas não indexada (Google Acadêmico). Recomenda-se que pesquisas futuras adotem revisões sistemáticas ou estudos empíricos que avaliem o efeito das intervenções de enfermagem sobre as coberturas vacinais.

4. CONCLUSÃO

A imunização infantil é um pilar da saúde pública, com elevada eficácia na prevenção de doenças imunopreveníveis, na redução da morbimortalidade infantil e na promoção do crescimento e do desenvolvimento, além de excelente relação custo-efetividade. Ao prevenir surtos e reduzir a carga de doenças, a vacinação protege a criança, fortalece o sistema de saúde e gera benefícios sociais e econômicos.

Os enfermeiros ocupam posição central nesse processo, como elo entre os programas de imunização e a comunidade. Além de administrarem as vacinas e gerenciarem a sala de vacinação, desenvolvem ações de educação em saúde que disseminam informações seguras, corrigem a desinformação e fortalecem a confiança nas vacinas, elementos essenciais para superar barreiras culturais, sociais e logísticas.

Diante da queda das coberturas vacinais, conclui-se que investir na formação, na educação permanente e na valorização dos profissionais de enfermagem — e ampliar sua participação na formulação de estratégias inovadoras — é decisivo para recuperar a adesão ao calendário vacinal infantil e garantir a proteção das crianças.

CONDOC
CONGRESSO NACIONAL DE DOENÇAS
CRÔNICAS E SAÚDE ATIVA

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C. C. S. et al. O papel do enfermeiro na ampliação da adesão à vacinação infantil: uma revisão de literatura. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, v. 7, n. 14, e141162, 2024. DOI: https://doi.org/10.55892/jrg.v7i14.1162.

ALVES, F. S. et al. A importância da vacinação na primeira infância. *In*: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS INTEGRADAS DA UNAERP, 17., 2020. **Anais** [...]. [*S. l.*]: UNAERP, 2020. Disponível em: https://www.unaerp.br/documentos/4070-a-import-oncia-da-vacina-uo-na-primeira-inf-oncia/file. Acesso em: 21 nov. 2024.

ARAÚJO, A. V. et al. Desafios contemporâneos na adesão à imunização infantil no Brasil. **Lumen et Virtus**, v. 15, n. 39, p. 2777-2797, 2024. DOI: https://doi.org/10.56238/levv15n39-092.

BARBIERI, C. L. A. (org.). **Imunização e cobertura vacinal**: passado, presente e futuro. Santos: Editora Universitária Leopoldianum, 2021. Disponível em:

10.71248/9786583818324-9

https://www.unisantos.br/wp-content/uploads/2021/05/IMUNIZA%C3%87%C3%83O.pdf. Acesso em: 21 nov. 2024.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Programa Nacional de Imunizações (PNI)**. Brasília: Ministério da Saúde, 2026a. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/vacinacao/pni. Acesso em: 15 nov. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. **Nota Técnica nº 91/2026-CGICI/DPNI/SVSA/MS**. Brasília: Ministério da Saúde, 2026b. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/notas-tecnicas/2026/nota-tecnica-no-91-2026-cgici-dpni-svsa-ms.pdf. Acesso em: 15 nov. 2026.

CABRAL, I. E. Renovação do desafio para a enfermagem global na vacinação infantil do pós-pandemia da COVID-19. **Revista de Enfermagem Referência**, v. 6, n. 2, 2023. DOI: https://doi.org/10.12707/RVI23ED4.

CORDEIRO, A. M. et al. Revisão sistemática: uma revisão narrativa. **Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgiões**, v. 34, n. 6, p. 428-431, 2007.

CORRÊA, S. M. C. et al. As possíveis causas da não adesão à imunização no Brasil: uma revisão de literatura. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 13, n. 4, e7030, 2021.

DOMINGUES, C. M. A. S. et al. Vacina Brasil e estratégias de formação e desenvolvimento em imunizações. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 28, n. 2, e20190223, 2019.

FERNANDES, J. et al. **Vacinas**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2021. 164 p.

FERREIRA, F. M. S. et al. Vacinação infantil em infográfico animado: tecnologia para a educação permanente sobre o processo de enfermagem. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 57, e20220423, 2023.

FERREIRA, M. E. C. O protagonismo da enfermagem no processo de imunização infantil e os fatores desencadeantes da baixa cobertura vacinal: revisão integrativa entre os anos de 2020 e 2023. **Revista Multidisciplinar em Saúde**, v. 5, n. 2, 2024. Disponível em: https://ime.events/conbrasau2024/pdf/33702. Acesso em: 21 nov. 2024.

HORBE, B. P. et al. Rede pública *versus* rede privada de imunização: comparações e atribuições da enfermagem. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 5, e169953355, 2020.

IGREJA, P. N. et al. Percepção das mães acerca da vacinação infantil em uma estratégia de saúde da família de Tucuruí-PA. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 3, p. 9731-9745, 2020. DOI: https://doi.org/10.34117/bjdv6n3-012.

MORAIS, J. N.; QUINTILIO, M. S. V. Fatores que levam à baixa cobertura vacinal de crianças e o papel da enfermagem: revisão literária. **Revista Interfaces**: Saúde, Humanas e Tecnologia, v. 9, n. 2, p. 1054-1063, 2021. Disponível em: https://interfaces.unileao.edu.br/index.php/revista-interfaces/article/view/903. Acesso em: 18 nov. 2024.

CONGRESSO NACIONAL DE DOENÇAS CRÔNICAS E SAÚDE ATIVA

10.71248/9786583818324-9

NASCIMENTO, L. C.; CAVALCANTI, A. C.; SILVA, M. M. M. Atuação da enfermagem na compreensão da família acerca da importância da imunização infantil: revisão integrativa. **Revista Brasileira de Educação e Saúde**, v. 10, n. 3, p. 115-120, 2020. DOI: https://doi.org/10.18378/rebes.v10i3.7891.

NASSARALLA, A. P. A. et al. Dimensões e consequências do movimento antivacina na realidade brasileira. **Revista Educação em Saúde**, v. 7, n. 1, p. 120-125, 2019.

OLIVEIRA, G. S. et al. Cobertura vacinal: uma análise comparativa entre os estados da Região Norte do Brasil. **Revista de Patologia do Tocantins**, v. 7, n. 1, p. 14-17, 2020. DOI: https://doi.org/10.20873/uft.2446-6492.2020v7n1p14.

OLIVEIRA, S. R.; RODRIGUES, G. M. M. Conscientização da imunização infantil e atuação da enfermagem diante do calendário de vacinação. **Revista Liberum Accessum**, v. 14, n. 4, p. 53-62, 2022.

OLIVEIRA, T. P.; MACHADO, L. S. A imunização de crianças no Brasil: panorama jurídico e reflexão bioética. **Revista de Bioética y Derecho**, n. 48, p. 227-243, 2020. DOI: https://doi.org/10.1344/rbd2020.0.27511.

OLIVEIRA, V. C. et al. A percepção da equipe de enfermagem sobre a segurança do paciente em sala de vacinação. **Revista Cuidarte**, v. 10, n. 1, 2019.

SOUZA, M. C. C. et al. Adesão à imunização infantil no Brasil: uma revisão narrativa. **Scientific Electronic Archives**, v. 16, n. 7, 2023. DOI: https://doi.org/10.36560/16720231753.

VARA, R. C. S.; ACATAUASSÚ, S. T.; HANNA, L. M. O. Imunização infantil: educar para vacinar. **Aracê**, v. 6, n. 2, p. 3894-3902, 2024. DOI: https://doi.org/10.56238/arev6n2-206.